SINDSERV

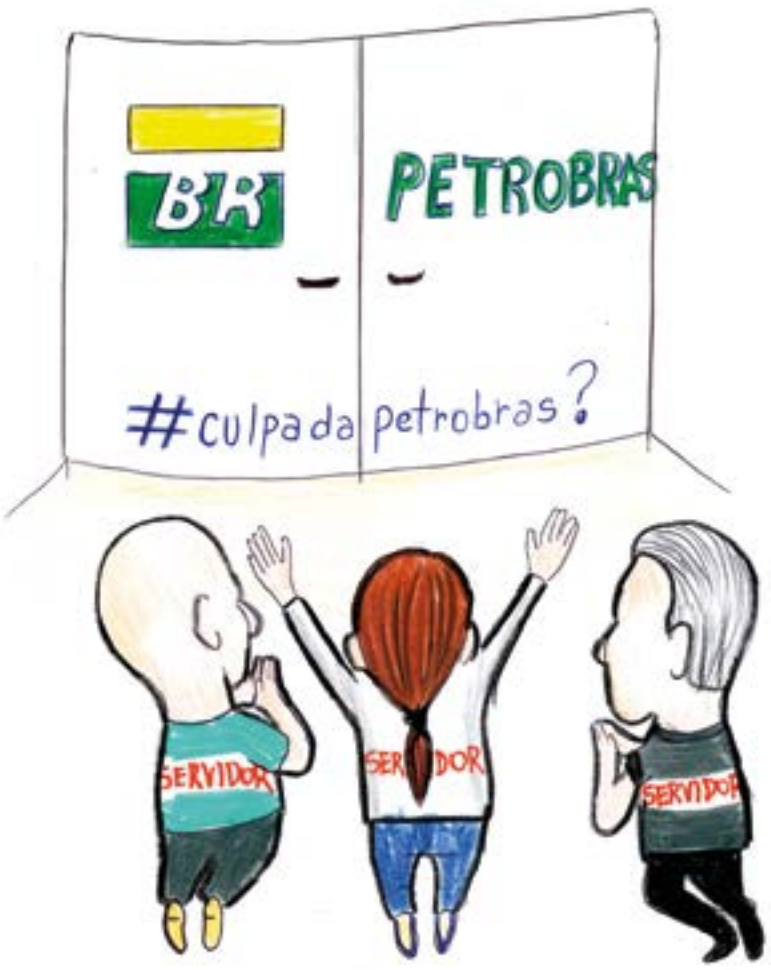
ALERTA SERVIDOR

Informativo do Sindserv - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião

unidos PRA LUTAR

Novembro de 2015 - Ano IX - Edição - 145 - Distribuição Dirigida

Ernane espera R$ 100 milhões do IPTU da Petrobras, mas não garante reajuste para o servidor público



A Prefeitura de São Sebastião deve completar o ano com repasse de apenas 6,28% aos servidores públicos em dois anos. Isso significa míseros 3,14% em cada ano.

Vale lembrar que em 2016 por ser ano eleitoral, a administração vai conceder apenas a média dos últimos anos, isso se ocorrer. Mais uma vez o servidor está nas mãos da Petrobras. Parece estranho, mas é isso mesmo. Dia 26 de novembro acontece a audiência entre Prefeitura de São Sebastião e a Petrobras para definição quanto à liberação do IPTU que é depositado em juízo.

pág. 3

Após ameaça de paralisação, prefeito de Caraguá volta atrás em cortes de benefícios

pág. 3

Siproem, a serviço de quem?

Segundo levantamento que nossa reportagem teve acesso, o Siproem lucra somente com os professores de São Sebastião cerca de R$ 94 mil referente ao Imposto Sindical

pág. 8

SINDSERV FLAGRA : Ciretran e PSF Enseada

pág. 4

Servidores com GPS são retirados do Hospital para redução de custos

pág. 4

Funcionários da Fundação de Saúde já podem se filiar ao Sindserv

pág. 6

Eleição do FAPS será dia 11 : veja os representantes sindicalizados

Michel da Ressurreição
Michel Motorista – 01

Juliano Souza
GCM Juliano – 03

Olívio Melo
Olívio Aposentado – 05

João Luís de Souza
Joãozinho da Guarda – 06

Marcelo Camargo
Marcelo – 07

Fábio Daltoé
GCM Daltoé – 08

Marinézio Gomes
Marinézio – 09

Carlos Alberto Sant'anna
Gilbertinho Fiscal – 11

Ivan Moreira Silva
Ivan do Sindserv – 13

pág. 5

EDITORIAL

#culpadapetrobras...

Amigos (as) servidores (as), estivemos amedrontados por muito tempo e agora é hora de resgatarmos nossa dignidade, nossa autoestima.

Nunca na história de São Sebastião, os servidores públicos dependem da boa vontade de uma estatal para ter a garantia de uma reposição salarial.

Parcelamento da inflação é algo que inexiste no Brasil, agora temos de falar – por incrível que pareça - em fatiar um reajuste.

São Sebastião é um caso raro em que se aceita fatiar um direito inegociável do trabalhador. Pelo menos 16% é a inflação medida entre 2014 e 2015.

A administração pagou 6,28%, mas deve ainda 9,35%. E a nobre Prefeitura precisa ainda precisa se manifestar sobre os 8% de ganho real, que perdemos nos últimos anos.

Precisamos de uma demonstração concreta de que esse governo realmente deseja valorizar o servidor, como foi promessa de campanha. Valorizar não é ameaçar! Valorizar não é abrir processos administrativos! Valorizar não é desqualificar o Sindserv e àqueles que aderem uma paralisação!

O administrador não se cansa de bradar que a culpa de tudo de ruim que ocorre em seu governo é da Petrobras, por conta do IPTU. Mas já vemos que essa desculpa não cola mais nos ouvidos da população e do servidor.

Se falta médico, a culpa é da Petrobras. Se falta vaga em creche, a culpa é da Petrobras. Se falta verba para entidades, a culpa é da Petrobras. Se falta manutenção das ruas, a culpa da Petrobras.....

Então amigos servidores, estamos a espera de um milagre. O milagre da multiplicação dos royalties e do IPTU da Petrobras.

E será que parte desse dinheiro (se a Prefeitura ganhar na Justiça) vem para o repasse do servidor?

Se a novela vai ter um final feliz, não podemos pagar (se é que temos dinheiro) para ver. Vamos nos antecipar e garantir a audiência levando nossa categoria para as ruas. Avante, servidor! Rumo à greve!

Por Audrei Guatura
Presidente do Sindserv

> ***“Valorizar não é ameaçar! Valorizar não é abrir processos administrativos!”***

EXPEDIENTE

O Alerta Servidor é um informativo mensal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv)
Rua José David do Vale, nº 33 – Centro – São Sebastião / SP
Fone: (12) 3892.1545 / FAX: (12) 3892.4097

As opiniões e sugestões para as próximas edições poderão ser enviadas pelo e-mail: jornalismo@sindserv.com
Distribuição interna e dirigida aos servidores e setores públicos

Diretoria:
Audrei Queli Guatura (presidente); Roseli Paturalski (vice-presidente); Anderson Santos de Souza (secretário geral); Carlos Eduardo Amorim da Silva (1º secretário); Edna Barbosa Ribeiro Cardoso (2º secretária); Rafael Corrêa de Aquino (1º tesoureiro); Benedito Francisco (2º tesoureiro)
Suplentes: Ivan Moreira Silva; Marinalva Ferreira da Silva Melo; Ricardo Luiz de Oliveira; Juliana Aparecida da Silva; Patty Saydel Matsuhashi; Josiel de Carvalho; Marcos Roberto Paixão Marques Correa.

Conselho Fiscal:
Tania Regina Sarak; Jehovan Maria de Jesus; Eliete Aparecida dos Santos Freitas. Suplentes: Rosa Maria Fernandes Nobrega; Natanael Antonio dos Santos; Rodrigo Francisco da Silva. Conselho Representante: Belmiro dos Santos Rodrigues; Alexandre Lisboa Ferreira. Suplentes: Ivaldo Paixão Tavares Braga; Paulo Sérgio da Silva.

Jornalista: Acácio Gomes – MTB 40.024/SP
Diagramação: Marizia Silva
Impressão: Atlântica Gráfica e Editora
Tiragem: 2.500 exemplares

EDITAL

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro na Rua José David do Vale n.º 33, Centro, na cidade e comarca de São Sebastião, Estado de São Paulo, possuidora do CNPJ n.º 50.322.130/0001-19, em conformidade com os termos dispostos nos Artigos 15 e 17, combinados com o Artigo 41 “usque” à 54 do Estatuto do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião, convoca para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária que se realizará, conforme datas, locais e horários, e pauta abaixo descrita:

DATA: 28/11/2015 – Sábado

LOCAL: Sede Central Sindserv – Rua José David do Vale, 33 – Centro - São Sebastião - SP

HORÁRIO: 1ª Convocação 9h30min
2ª Convocação 10h30min

PAUTA: Avaliação e discussão da conjuntura referente a falta do repasse do índice inflacionário da campanha salarial 2014/2015, para propostas e deliberação de ações da categoria.

São Sebastião, 13 de novembro de 2015.

AUDREI QUELI DA SILVA GUATURA
Presidente

EDITAL

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro na Rua José David do Vale n.º 33, Centro, na cidade e comarca de São Sebastião, Estado de São Paulo, possuidora do CNPJ n.º 50.322.130/0001-19, em conformidade com os termos dispostos nos Artigos 15 e 17, combinados com o Artigo 41 “usque” à 54 do Estatuto do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião, convoca para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que se realizará, conforme data, local e horários, e pauta abaixo descrita:

DATA: 30/11/2015 – Segunda-feira

LOCAL: Sede Central Sindserv – Rua José David do Vale, 33 – Centro - São Sebastião - SP

HORÁRIO: 1ª Convocação 17h
2ª Convocação 18h

PAUTA:
- Apresentação e deliberação de proposta orçamentária para 2016.

São Sebastião, 13 de novembro de 2015.

AUDREI QUELI DA SILVA GUATURA
Presidente

Ernane não dá garantia que parte dos R$ 100 milhões do IPTU da Petrobras vai para o reajuste do servidor

A Prefeitura de São Sebastião deve completar o ano com repasse de apenas 6,28% aos servidores públicos em dois anos. Isso significa míseros 3,14% em cada ano.

Vale lembrar que em 2016 por ser ano eleitoral, a administração vai conceder apenas a média dos últimos anos, isso se ocorrer.

Mais uma vez o servidor está nas mãos da Petrobras. Parece estranho, mas é isso mesmo. Dia 26 de novembro acontece a audiência entre Prefeitura de São Sebastião e a Petrobras para definição quanto à liberação do IPTU que é depositado em juízo.

Se liberado, o recurso repassado ao governo municipal pode ser de R$ 100 milhões e o prefeito havia prometido em seus pronunciamentos que se o valor for pago, daria pelo menos os 9,35% (percentual acumulado do reajuste de 2014 e 2015) de reposição ao servidor.

Mas veja o que disse o prefeito em entrevista a uma emissora de rádio neste mês. “O julgamento será dia 26 no Tribunal de Justiça. Estamos otimistas quanto ao resultado. Temos compromisso com os servidores quanto ao reajuste, mas temos de ter o pé no chão por conta da crise que atinge o Brasil. Mensalmente os recursos diminuíram, como o Fundo de Participação dos Municípios – FPM (R$ 500 mil/mês), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (R$ 1 milhão/mês) e dos royalties (R$ 3 milhões/mensais). Quando a gente fala em 10% de reajuste ao servidor significa R$ 2 milhões/mês na folha de pagamento ou R$ 24 milhões/ano. Se for possível, vamos dar, mas vamos definir as prioridades”, disse.

O fato é que se o prefeito não entende que servidor é prioridade, deve rever seus conceitos de administrador. A Prefeitura de São Sebastião só continua funcionando graças aos incansáveis servidores, que mesmo desvalorizados, cumprem suas obrigações.

Continuamos aguardando a boa vontade da Petrobras e o compromisso assumido pela administração. Mesmo assim, conclamamos a categoria para uma greve geral no final ano.

Após ameaça de paralisação, prefeito de Caraguá volta atrás em cortes dos benefícios de servidores

A Prefeitura de Caraguá informou que existe um decreto que autoriza o recálculo de adicionais por tempo de serviço e das incorporações concedidas equivocadamente aos servidores a partir de 2002.

Segundo a administração, a emenda 19, de 1998, proibiu que um adicional incida sobre outro adicional, que é conhecido como “efeito cascata”. A partir dessa emenda, entende o governo, os adicionais tinham que ser aplicados sobre o salário base e não sobre outros adicionais.

“Em 2002, o jurídico da época, deu entendimento conforme a Lei Orgânica do Município, permitindo conceder adicionais sobre adicionais anteriores e não, sobre o salário base, conforme a emenda 19. Em 2007, com a aprovação do novo Estatuto do Servidor, ficou definido que a base de cálculo fosse feita apenas sobre o salário base. O RH, no entanto, manteve o cálculo dos adicionais com base no antigo parecer do jurídico de 2002. O Sindserv entrou com ação na Justiça e obteve liminar, suspendendo os efeitos do decreto 234. Em outubro, ação foi julgada improcedente e a liminar revogada, restabelecendo os efeitos do decreto. Houve um recálculo dos adicionais por tempo de serviço, equivocamente, incluídos nos remuneração dos servidores”, citou a administração.

Segundo a Secretaria de Administração, o recálculo das vantagens concedidas equivocamente, desde 2002, atingiu 633 servidores, além de 85 aposentados e pensionistas, do CaraguáPrev.

O Sindserv de Caraguá informou que tentava desde o final de outubro uma reunião com a administração, solicitando a revogação de tal ato. A categoria tinha agendado uma assembleia para decidir se deflagraria ou não uma paralisação.

Porém, a pressão surtiu efeito e o prefeito assinou um decreto em 16 de novembro revogando os efeitos da medida e manteve os benefícios. Mas, o documento aponta que o cálculo para a incorporação ou tempo de serviço para os concursados que entrarem agora no serviço público só serão feito por meio do salário base.

Ubatuba

E cada vez mais as cidades vizinhas estão mostrando a força dos servidores. Em Ubatuba, uma greve foi deflagrada este ano.

Na oportunidade, repartições amanheceram com portões trancados e até escolas fecharam as portas. O estado de greve continua, já que o prefeito de Ubatuba, Maurício Moromizato (PT), concedeu apenas 6,5% de reajuste. O sindicato não aceita nada menos que 10%, uma vez que a reivindicação original era de 20%.

E São Sebastião?

Mesmo tendo reposição em 2014 e 2015, os servidores de Caraguá e Ubatuba se uniram e mostraram força.

E São Sebastião? Tivemos míseros 6,28% do acumulado de dois anos. Ou seja, temos que nos mobilizar e deflagrar ainda este ano uma greve.

Após 15 anos, servidores com GPS são retirados do Hospital para redução de custos

A Secretaria de Saúde, por determinação do gabinete do prefeito, está solicitando a relocação de vários servidores públicos municipais estatuários para contenção de gastos no Hospital de Clínicas de São Sebastião.

O assunto foi comentado em recente reunião do Conselho Municipal de Saúde (Comuss). Na oportunidade, os administradores do Hospital de Clínicas informaram que hoje há três categorias de trabalhadores no local: os celetistas, os estatutários e as pessoas jurídicas (médicos).

Segundo a intervenção, a Secretaria de Saúde teve a necessidade de mão de obra, onde solicitou o retorno de alguns funcionários cedidos ao Hospital (estatutários). Somente em agosto, sete servidores foram devolvidos à Sesau.

Porém, de acordo com os conselheiros, o critério para a retirada destes servidores foi meramente financeiro. Em comparação aos servidores da Irmandade, os estatutários do Hospital recebem quantias maiores por conta da GPS (Gratificação de Pronto Socorro), mas que é garantido por lei.

O problema é que as medidas estariam sendo tomadas sem qualquer comunicado prévio aos servidores, que ouvem a seguinte frase: "procurem o Setor de Recursos Humanos da Sesau para saber onde vão trabalhar".

As realocações já provocaram o primeiro impacto na vida dos servidores: eles perderam o direito da GPS. Atualmente são 167 servidores estatutários que atuam no Complexo Hospitalar de São Sebastião (Pronto Socorro Central e Boiçucanga, SAMU Central e Boiçucanga, Quimioterapia, Centro de Especialidades – Fisioterapia e Hospital).

Essa questão está sendo acompanhada pela diretora do Sindserv, Tânia Regina Sarak, que também é membro do Conselho de Saúde.

O Complexo Hospitalar de São Sebastião recebe R$ 3 milhões/mensais de subvenção da Prefeitura para custeio, mas segundo a intervenção, há um déficit mensal de R$ 600 mil.

SINDSERV FLAGRA

Prédio da Ciretran coloca em risco saúde de servidores

Três meses depois de flagrarmos as condições de trabalho de funcionários da Ciretran em um prédio alugado pela Prefeitura e que funciona no centro de São Sebastião, a situação piorou.

Além de um local com mofo e infiltração, denúncias dão conta de que os servidores só teriam 20 minutos de almoço. Agora, os servidores estão sendo diagnosticados com problemas de pele e respiratórios.

O Sindserv já cobrou explicações da administração municipal, bem como da diretoria da Ciretran de São Sebastião, mas como nenhuma providência foi tomada em três meses, nos cabe agora oficiar o Ministério Público.

PSF Enseada

Já no Posto de Saúde da Saúde, nossa equipe flagrou as condições do forro e telhado do recém-inaugurado espaço.

A Unidade, onde também funcionam duas equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), passou por obras de ampliação e reforma geral que foram entregues pela administração em abril deste ano.

Na oportunidade, o governo afirmou que foram feitas melhorias estruturais na ventilação, iluminação e na acessibilidade, mas esqueceram do forro e telhado.

As reformas estão sendo feitas com os servidores em trabalho e com o atendimento aos pacientes.

Meio de transporte

Já os desvalorizados braçais da Costa Sul, não bastasse a falta de equipamentos de segurança para trabalhar na rua, agora o novo meio de transporte que é utilizado é a bicicleta.

Flagramos o caso em Maresias, e olha que as bicicletas são dos próprios servidores, já que a administração nem transporte disponibiliza.

Eleição do FAPS será dia 11 de dezembro: confira os representantes sindicalizados

A eleição do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor (FAPS) será dia 11 de dezembro.

Composto por nove membros, dos quais três são eleitos pelos servidores, os conselheiros tem mandato de dois anos, sendo que os suplentes tem igual mandato e serão substitutos eventuais dos respectivos conselheiros titulares.

Estão inscritos para o pleito 13 candidatos, sendo nove deles servidores sindicalizados. Por isso, é importante que o eleitor tenha conhecimento de quem são aqueles que realmente podem defender os interesses da categoria em um dos Fundos mais ricos do Brasil, que hoje ultrapassa de patrimônio R$ 755 milhões.

A eleição acontecerá das 8h às 17h e para a votação serão disponibilizadas oito urnas fixas: no FAPS, Paço Municipal, Administração Regional Costa Norte, Centro de Saúde da Topolândia, Departamento de Frota, Administração Regional de Maresias, Administração Regional de Boiçucanga e na Administração Regional de Juquehy.

Os candidatos podem realizar propaganda eleitoral com direito a promover visitas aos locais de trabalho dos eleitores, desde que tal procedimento não interfira no desempenho das atribuições dos servidores.

Confira os candidatos sindicalizados e seus números:

Michel da Ressurreição
Michel Motorista – 01

Juliano Souza
GCM Juliano – 03

Olívio Melo
Olívio Aposentado – 05

João Luís de Souza
Joãozinho da Guarda – 06

Marcelo Camargo
Marcelo – 07

Fábio Daltoé
GCM Daltoé – 08

Marinézio Gomes
Marinézio – 09

Carlos Alberto Sant'anna
Gilbertinho Fiscal – 11

Ivan Moreira Silva
Ivan do Sindserv – 13

Servidores da Fundação de Saúde já podem se filiar ao Sindserv

Os trabalhadores ligados a Fundação de Saúde Pública de São Sebastião já podem se filiar ao Sindserv. A informação foi confirmada pelo presidente da autarquia, Dr. Antônio Nisoli, após uma análise jurídica.

Estes servidores são aqueles com vínculo empregatício, que, por atendimento à Constituição da 1988, foi adotado como regime jurídico único, o celetista (ou trabalhista), regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

A Lei Orgânica do Município, na subseção IX em seu artigo 112, parágrafo 3º, já estabelece que "haverá uma só associação sindical para os servidores públicos municipais da administração direta, das autarquias e das fundações".

"Pode-se concluir que o Sindserv, com sede no Município de São Sebastião, uma vez contemplando em seu estatuto social, a representação dos servidores vinculados às Fundações Públicas, pode, então exercer sua representatividade com maior efetividade em suas demandas em defesa dos direitos e benefícios dos empregados públicos da Fundação local. Desta forma, em respeito aos fundamentos estabelecidos pela jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, que elegeu o princípio da especificidade ao invés do princípio da territorialidade, opinamos, data vênia, pela escolha do Sindserv, como sendo a entidade sindical de representatividade dos empregados públicos da Fundação de Saúde Pública de São Sebastião", diz o parecer da Secretaria de Assuntos Jurídicos.

Fundação de Saúde Pública de São Sebastião

Ofício nº 190/2015 - FSPSS

São Sebastião, 21 de outubro de 2015.

Ref.: Ofício nº 210/2015 – SINDSERV

Senhora Presidente,

Em atenção aos termos do ofício em epígrafe, informamos que mediante o parecer jurídico da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, seria cabível que a Fundação de Saúde Pública de São Sebastião deverá adotar como sindicato de representatividade o Sindicato dos Servidores Públicos de São Sebastião – SINDSERV.

Informamos que em breve entraremos em contato para agendarmos reunião para tratarmos assuntos pertinentes.

Segue cópia do parecer anexo.

Atenciosamente,

ANTONIO CARLOS NISOLI DA SILVA
Diretor Presidente

Exma. Sra.
AUDREI QUELI S. GUATURA
DD. Presidente do SINDSERV
Rua José David do Vale, nº 33 – Centro
São Sebastião/SP

Os servidores interessados em promover a filiação podem entrar em contato com o Sindserv, através do telefone 3892-1545.

Alunos do curso de xadrez recebem palestra sobre lixo e dengue

As servidoras Aniele Vieira (Casa da Dengue) e Christiane Cruz (Secretaria de Meio Ambiente) promoveram na sede do Sindserv uma palestra para os alunos de xadrez do Professor Paulo Sérgio da Silva.

Com o tema "Água e lixo: o que a dengue tem a ver com isso", as profissionais enfatizaram a importância do cuidado para que o lixo não seja jogado em qualquer lugar, evitando a proliferação de vetores como os mosquitos transmissores da dengue e da chikungunya, por exemplo.

Foi mostrado também os cuidados com as doenças, com enfoque para a eliminação dos criadouros, o ciclo biológico dos mosquitos, os principais sintomas das doenças e o tratamento.

Na parte de resíduos, enfoque para a separação e disposição correta para coleta seletiva, os dias de coleta, os tipos de resíduos (recicláveis, não recicláveis e orgânicos) e a disposição final do lixo. No mesmo tema, as servidoras destacaram ainda os resíduos perigosos, os verdes, os da construção civil e os resíduos hospitalares.

Grupos escolares e profissionais que queiram receber a palestra podem agendar pelos seguintes telefones: 3892-6000 ramal 225 (Secretaria de Meio Ambiente) ou 3891-3457 (Casa da Dengue).

Interrogação do poder público com a sociedade

Por Marcos Paixão

Neste tempo de crise financeira, os administradores do país afora criam variados tipos de desculpas.

Em São Sebastião, o nosso administrador municipal faz de conta que tá brincando de ser prefeito, pois o mesmo virou as costas pra saúde com um hospital que seria a "galinha dos ovos de ouro" para o povo da Costa Sul, região onde o mesmo recebeu o maior número de votos na reeleição.

Agora tem a grande obra da Costa Norte com o portal da cidade e urbanização da orla da praia da Enseada. Isso tudo fora as pequenas e médias obras, com recurso dos governos estaduais e federais. Até ai tudo bem.

E os quase 4 mil servidores públicos? Aqueles que carregam nas costas o sistema municipal de saúde, educação, segurança, turismo, etc. Até quando o administrador público vai ficar assim praticando uma politica do mundo de Boby?

Com uma folha de pagamento inchada, perseguição ao mais simples, a administração continua dando regalias a seus apadrinhados políticos que serão seus cabos eleitorais de luxo no próximo ano.

O Sindserv vem tentado fazer sua parte, com paralisações, ações e atos em favor da categoria, seja o servidor filiado ou não. Estamos lutando para um aumento de salário pra categoria e a única e exclusiva culpa de não ter o devido aumento e até mesmo o indicie da inflação, é a PETROBRAS....

No ano que vem a nova eleição. E quais serão as promessas desse grupo que quer o poder? As casas populares? Um novo hospital? Valorização da cultura caiçara? Um estádio novo? Valorização dos servidores públicos (porque eu fui secretário de Administração)?

Ou teremos apenas interrogação na cabeça do munícipe e principalmente do servidor publico. Podemos sim ser a diferença numa eleição majoritária no ano que vem.

As interrogações são muitas entre nós. Vamos dar um cheque em branco pra o próximo administrador em sua posse em 2017. Mas esse cheque tem pagar tudo: a saúde (médicos, enfermeiros, etc); a educação (professores, diretores, coordenadores, etc); a segurança (inclusive a guarda que tá largada as traças); e claro a valorização do servidor.

Mais uma vez volto a frisar, somos nós servidores que carregamos a administração nas costas. Pelo menos essa interrogação, não temos em nossa cabeça, pois já sabemos a resposta.

Espaço Jurídico

Procuradoria Trabalhista tumultua processos e desconta duas vezes o dinheiro do FAPS de servidor

O Sindserv vem percebendo que várias ações judiciais trabalhistas (sexta-parte, aposentadoria, insalubridades, adicionais, indenizações) movidas contra a Prefeitura de São Sebastião vêm tendo o mesmo desfecho: a estratégia da Procuradoria Trabalhista da Secretaria de Assuntos Jurídicos é promover descontos ou cálculos inexplicáveis para pagamentos aos servidores.

Segundo informações, para confundir o Judiciário, a Fazenda Pública Municipal sempre pede valores diferenciados àqueles que foram solicitados pelo Sindserv e que é garantido por lei aos trabalhadores.

Em um dos casos em que a reportagem teve acesso, um trabalhador teve descontado por duas vezes o Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor (FAPS).

"A ideia é confundir o Legislativo e atrasar ao máximo o julgamento das ações. Quando damos conta, a Prefeitura efetua o valor bem menor que o solicitado e isso atrasa ainda mais o já moroso processo de pagamento ao servidor", ressalta o advogado do Departamento Jurídico do Sindserv, Dr. Roberto Eduardo da Silva Júnior.

O Departamento Jurídico do Sindserv promete fazer uma representação no Conselho de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Sebastião contra o procurador trabalhista do município, Dr. Reinaldo Rodrigues da Costa, para que medidas sejam tomadas.

Desconto na paralisação: Sindserv aguarda manifestação do juiz

O Departamento Jurídico do Sindserv protocolou uma ação coletiva para ressarcir os valores descontados indevidamente dos servidores que participaram da paralisação do dia 11 de agosto nas ruas do centro de São Sebastião.

O processo sob o número 1003103-61.2015.8.26.0587 aguarda uma manifestação do juiz local.

Pelo menos 200 trabalhadores tiveram descontos nos seus holerites e, por conta disso, a entidade protocolou o pedido no Fórum da cidade em 12 de novembro.

Segundo o advogado Ricardo Harada, o desconto é ilegal, pois fere o direito constitucional de greve e paralisação.

Autorização para uso do sítio em Pouso Alto já está liberada

O servidor público municipal já poderá desfrutar de momentos de lazer no sítio do Sindserv em Pouso Alto.

Em uma área agradável em meio a natureza, o servidor terá uma casa com estrutura para realizar o seu churrasco, sua festinha familiar ou entre amigos. Além da residência, o sítio conta com uma horta, lago pesqueiro e uma cachoeira.

Vale ressaltar que o servidor poderá passar o dia curtindo o local. Não será permitido pernoitar.

Importante também salientar que só poderá utilizar o espaço o servidor que assinar o termo de uso que está a disposição nas sedes do Sindserv. Sem este documento e a prévia autorização, o servidor não poderá usar o local. Mais informações no telefone 3892-1545.

ESTAMOS DE OLHO!!

Na mira do TCE

A Prefeitura de São Sebastião está sendo investigada desde abril deste ano pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo por conta da admissão de pessoal com vínculo de tempo determinado em 2013. Fazem parte da lista 53 nomes, entre eles, médicos que já apresentam nota fiscal como pessoa jurídica ao Hospital de Clínicas de São Sebastião, o que causa estranheza. Nenhum dos citados na lista passou por concurso público. Para acompanhar o processo, o número é o TC 1033/989/15. A lista completa com os nomes está publicada no Boletim Oficial do Município.

Siproem, a serviço de quem?

Como diz em seu site oficial, o Siproem (Sindicato dos Professores de Escolas Públicas Municipais) foi criado há mais de cinco anos e representa os interesses dos professores das cidades de Barueri, Cotia, Vargem Grande Paulista, Taboa da Serra, Embu, Embu-Guaçu, Itapecirica da Serra, São Lourenço da Serra e Juquitiba, além das cidades litorâneas, entre elas, São Sebastião.

Segundo levantamento que nossa reportagem teve acesso, o Siproem lucra somente com os professores de São Sebastião cerca de R$ 94 mil referente ao Imposto Sindical (que é facultado aos sindicatos que atuam na base territorial dos trabalhadores).

A justificativa do Siproem para a cobrança seria os custos para que a entidade seja a responsável pela ampliação sistemática dos direitos e garantias que cercam a atividade profissional do professor.

Porém, poucos sabem que seus representantes na região têm ligações com partidos politicos que apoiam a atual administração.

Com essa parceria nebulosa, o Siproem, de uma hora para outra, começou a descontar dos professores uma espécie de contribuição. E tudo isso autorizado pelo governo municipal.

Para se ter uma ideia, o sindicato já vem reivindicando o Imposto Sindical desde 1999, encaminhando ofícios ano a ano aos governantes e nada. O Sindserv foi, inclusive, à Justiça para tentar barrar essa cobrança do Siproem aos professores de São Sebastião.

Contrapartida

A chamada contrapartida por parte do Siproem não é vista pela categoria, seja na luta pela reposição salarial ou até pelo Estatuto do Magistério.

"De uma hora para a outra retiraram quase R$ 200 do meu salário e sem nenhuma justificativa. Estão defendendo quem?", questionou uma professora da Costa Sul que preferiu não se identificar.

A gota d'água para os professores foi o fato de o Siproem não se manifestar sobre o corte da falta abonada dos professores contratados pela Lei 1027/95.

Este assunto, inclusive, foi comentado na sessão da Câmara de São Sebastião do dia 14 de abril deste ano através de um requerimento.

Veja o que disse o vereador da base governista e filho do prefeito. "Não estava sabendo da medida (corte da falta abonada). Porém, o Siproem esteve com a secretária (de Educação) Ângela e disse ser favorável ao corte. A alegação seria o direito de garantir ao estudante ter aula quando da falta de um contratado. O Siproem concorda com a medida", disse o vereador Ernaninho Primazzi (PSC).

Já o vereador e professor Gleivison Gaspar (PMDB) também comentou o assunto. "A administração precisa rever a questão. A decisão não tem amparo legal ou qualquer justificativa. O contrato foi assinado e os professores têm o mesmo direito dos efetivos, está no edital. Não podemos dar ouvidos a um sindicato que veio de Bertioga e caiu de paraquedas em São Sebastião", comentou.

Postura intransigente da Petrobras coloca em xeque segurança ambiental do Tebar e da UTGCA

Petroleiros que atuam em Caraguá e São Sebastião estão em greve há um mês. A categoria cobra reajuste salarial de 18% e, segundo o sindicato da categoria, a Petrobras oferece 8,11%. Em São Sebastião e Caraguá, houve adesão de 100%.

Além do reajuste salarial, o Sindicato dos Petroleiros informou que a empresa quer reduzir benefícios como convênio médico e auxílio farmácia.

Por meio de nota, a Petrobras informou que a greve coordenada pelas entidades sindicais afeta as operações da companhia.

"Houve queda de produção de 273 mil barris de petróleo, o que corresponde a 13% da produção diária no Brasil. Além disso, 14% do gás natural ofertado diariamente ao mercado brasileiro deixou de ser disponibilizado", disse trecho da nota.

A Petrobras informou ainda que está tomando as medidas necessárias para garantir a manutenção de suas atividades, e que apesar do efeito na produção de petróleo e gás no Brasil, a distribuição está funcionando dentro da normalidade e não há previsão de desabastecimento do mercado.

Risco

Os petroleiros também reclamam que para dar conta, a empresa tem feito funcionários esticarem seus turnos. Segundo eles, há pessoas trabalhando até 16 horas por dia a pedido da empresa.

A postura intransigente da gerência da Petrobras em colocar trabalhadores despreparados para assumir a operações das unidades vem causando impactos nefastos para a segurança das unidades e para a vida dos trabalhadores.

Em 1 º de novembro, um vazamento de LGN no vaso permutador da UAPO-3 (Unidade de Ajuste de Ponto de Orvalho) da Unidade de Gás de Caraguá foi prova disso. O engenheiro que estava operando o local não sabia qual tipo de manobra executar para conter o vazamento.

Para resolver a situação, o petroleiro esperou um supervisor vir de outra área para realizar as ações emergenciais. O despreparo causou dois problemas: a demora no controle do vazamento e a exposição a qualquer acidente da unidade deixada pelo supervisor para atender a emergência.

A falta de qualificação e perícia poderia ter levado a um acidente de grandes proporções. O intuito de lucrar a qualquer custo, mantendo as unidades em atividade, vem colocando a vida dos trabalhadores e a segurança das unidades em risco.